

Benefícios adiados, para fechar o orçamento.

O governo decidiu desvincular a correção das aposentadorias do salário mínimo e deixar para o segundo semestre de 1990 a elevação dos benefícios de valor inferior ao mínimo, determinada pela Constituição. As medidas foram tomadas com o objetivo de fechar o projeto de Lei Orçamentária da União para o próximo ano, encaminhado ontem ao Congresso — último dia do prazo constitucional.

O presidente da comissão de saúde, previdência e assistência social da Câmara, deputado Raimundo Bezerra, disse ontem que não aceita a desvinculação imediata das aposentadorias do mínimo, mas apenas após a implantação de parte do Plano de Custo e Benefícios da Previdência, que tramita no Congresso. Bezerra poderá opor-se à desvinculação durante a discussão do Orçamento no Legislativo.

Além de escalonar os benefícios, o governo propõe a elevação da contribuição social sobre o lucro das empresas — de 8 para 10% — e o aumento da alíquota do Finsocial de 1 para 1,2% sobre o faturamento das empresas, para chegar a um Orçamento da Seguridade Social equilibrado. As discussões sobre o financiamento da segurança atrasaram a entrega do projeto de lei ao Congresso — as duas outras partes do Orçamento Geral da União, o orçamento fiscal e o de investimento das empresas estatais já estavam prontas desde o começo da semana.

O governo prevê receitas e despesas, no ano de 90, de NCz\$ 282,35 bilhões (a preços de maio deste ano), que correspondem aos orçamentos fiscal e da segurança. O orçamento de investimentos das estatais prevê NCz\$ 16,36 bilhões adicionais, que não foram detalhados no projeto enviado pelo presidente Sarney ao Congresso.

Os outros orçamentos foram desmembrados apenas em grandes números, não chegando



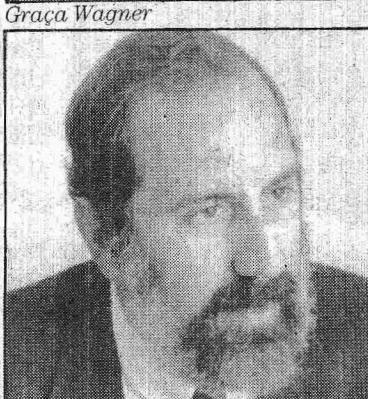
Pratini de Moraes



Delfim Netto



Foto: Arquivo/AE



Joseph Couri



César Maia



José Serra

ao detalhe de obras e programas individuais, como é o costume. A Seplan alegou que o novo sistema orçamentário criado pela Constituição aumentou em muito a carga de trabalho, ao incluir os orçamentos da segurança e de investimentos no orçamento geral. O presidente Sarney prometeu mandar ao Congresso o projeto detalhado no prazo mais breve possível, que a Seplan estima em mais um mês.

O projeto segue a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que o Congresso aprovou em

maio, prevendo uma receita de NCz\$ 7,18 bilhões proveniente das alterações na legislação tributária (criação de impostos sobre grandes fortunas e aumento na arrecadação do IR sobre atividades agrícolas e operações financeiras). Também limita a emissão de títulos à rolagem da dívida interna, mantendo a diretriz que o governo adotou no Plano Verão. Com essas limitações, os investimentos com recursos do Tesouro foram cortados em 50% sobre o orçamento de 89, e as despesas de custeio em 5%.